

MODALIZAÇÕES DA LEGITIMAÇÃO DO GOLPE DE 2016 NA MÍDIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA NA REVISTA ÉPOCA

MODALIZATIONS OF THE LEGITIMIZATION OF THE 2016 COUP IN THE BRAZILIAN MEDIA: A CRITICAL DISCOURSE ANALYSIS IN ÉPOCA MAGAZINE

Antonio Edson Alves da Silva 1

Resumo: Este artigo versa acerca das estratégias de uso da linguagem na forma de construção de sentido sobre o processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Sendo assim, o objetivo é analisar as práticas discursivas de legitimação do Golpe de 2016, na revista *Época*, como modos de identificação, através dos recursos de modalidade à luz da *Análise de Discurso Crítica*, na perspectiva dialético-relacional. Para tanto, toma-se como referencial teórico-metodológico a *Análise de Discurso Crítica (ADC)*, de Norman Fairclough, tendo corpus dois artigos de opinião veiculados na revista *Época*. Contudo, as principais reflexões são direcionadas para o entendimento de que a mídia brasileira contribuiu efetivamente para a legitimação do Golpe de 2016, tendo em vista as ideologias políticas da direita e o pensamento das grandes corporações que orientaram sua postura condenatória acerca dos governos petistas.

Palavras-chave: Discurso. Mídia. Golpe de 2016.

Abstract: This article is about the strategies of language use in the construction of meaning about the process of impeachment of President Dilma Rousseff in 2016. Thus, the objective is to analyze the discursive practices of legitimation of the Coup of 2016, in *Época* magazine, as modes of identification, through the resources of modality in the light of *Critical Discourse Analysis*, in the dialectical-relational perspective. For this, it is taken as theoretical and methodological reference the *Critical Discourse Analysis (CDA)*, by Norman Fairclough, having corpus two opinion articles conveyed in *Época* magazine. However, the main reflections are directed to the understanding that the Brazilian media effectively contributed to the legitimization of the Coup of 2016, in view of the political ideologies of the right and the thinking of large corporations that guided its condemnatory stance about the petist governments.

Keywords: Discourse. Media. 2016 Coup.

Introdução

Na modernidade, o cenário político brasileiro tem passando por complexas situações quanto a sua existência (SILVA, 2019; 2020). Nesse sentido, este trabalho, que é parte da pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, da Universidade Estadual do Ceará (Posla-UECE), tem o intuito de refletir sobre o uso da linguagem no jogo das relações sociais inerentes a esse evento discursivo. Sendo assim, o objetivo aqui é analisar as práticas discursivas que legitimaram o Golpe de 2016 sob a ótica da revista *Época*, observado os modos de identificação discursiva, através dos recursos de modalidade à luz da Análise de Discurso Crítica, na perspectiva dialético-relacional (FARCLOUGH, 2003).

Tomando como recorte das análises desenvolvidas na pesquisa de mestrado (SILVA, 2019), aqui nos debruçamos sobre dois artigos, a saber: “*Delação de Andrade Gutierrez mostra um belo monte de propina*”, publicado no dia 06 de abril de 2016, na edição 930 da referida revista e “*A semana mais tensa de Dilma Rousseff*”, publicado na edição 950, no dia 27 de agosto de 2016. .

O gênero analisado trata-se de textos jornalísticos de cunho opinativo, que expressam o posicionamento argumentativo da revista frente aos mais diversos acontecimentos, sejam eles no âmbito político, ideológico ou econômico, tendo um papel preponderante na formação da opinião pública diante dos eventos sociais relatados.

Em suma, este trabalho surge a partir do que os teóricos das mais diversas áreas, como ciências da comunicação, ciências linguísticas, ciências sociais, ciências políticas, ciências econômicas, ciências históricas e ciências jurídicas compreendem o processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff como sendo um golpe parlamentar, jurídico e midiático contra a população brasileira, portanto, necessário de discussão e compreensão até os dias atuais.

Análise de Discurso Crítica Textualmente Orientada

Na modernidade, a Análise de Discurso Crítica (ADC) tem sido uma alternativa teórico-metodológica com grande potencial por estar contribuindo para uma variedade de abordagens nos mais diversos grupos disciplinares, em virtude do seu caráter profícuo de análise textual orientada, visando suas implicaturas nas estruturas e práticas sociais (SILVA, 2019; 2020). Para um trabalho analítico mais eficaz, faz-se necessário compreender as relações de poder e ideologia que envolvem os contextos trabalhados, numa abordagem crítica da linguagem, conforme destaca Fairclough (2001, p. 31):

As abordagens críticas diferem das não-críticas não apenas na descrição das práticas discursivas, mas também ao mostrarmos como o discurso é moldado por relações de poder e ideologia e os efeitos construtivos que o discurso exerce sobre as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença (FARICLOUGH, 2001, p. 31).

A ADC é impulsionada, segundo Fairclough, pela Linguística Crítica, nascida na década de 1970, com base nos estudos de Fowler, Kress e Hodg, na Universidade de East Anglia. Os teóricos buscavam unificar um método de análise de texto com as teorias sociais do funcionamento da linguagem, recorrendo à compreensão dos processos políticos e ideológicos que estão intrinsecamente ligados à política e à ideologia.

Nesse sentido, a relação entre sujeito, discurso e sociedade torna-se tênue, haja vista que o papel do analista é sempre colocado em pauta, uma vez que seu posicionamento é transgressor ao fazer uma ciência crítica engajada e comprometida com a transformação social através da consciência dos discursos hegemônicos e contra-hegemônicos.

A Análise de Discurso Crítica, portanto, compreendida pelos teóricos apresentados, vem preencher uma lacuna existente entre as concepções de macronível e micronível, compreendendo as distinções políticas inerentes a cada enfoque que se pretende trabalhar. Nessa perspectiva, os dois níveis vêm constituir uma estrutura intrínseca e extremamente bem elaborada formando um todo unificado.

A discussão acerca da ADC direciona-se para o conceito de poder como controle social de grupos e instituições, sendo isso um dos temas mais centrais e complexos no percurso de análise textualmente orientada, uma vez que os grupos são extremamente importantes para a concretização do poder, visto que se eles possuem maior ou menor poder, têm a capacidade de exercer o controle em maior ou menor grau dos atos e das mentes de seus membros, como também, através da prática discursiva de membros de outros grupos sociais, formando assim o processo hegemônico.

Em consonância com essas ideias, observa-se a origem da linguística crítica que buscava, inicialmente, distingue-se da linguística regular e da sociolinguística, como destaca Kress (1989, p. 445 in FARCLOUGH, 2001, p. 47) quando afirma que “a linguística crítica tentou compreender estruturas das fundações sociais da organização dos sentidos comportamentais nos textos”.

Ademais, é impossível não ressaltar, ao falar sobre ADC, das contribuições para o seu desenvolvimento, dentre elas, talvez a mais importante, é a de Michael Halliday, com sua Gramática Sistemico-Funcional (GSF) que busca orientar que a linguística crítica acaba opondo-se à prática da linguística regular e da sociolinguística, ao tomar textos completos como ponto de partida para as análises, levando em consideração a língua falada e escrita.

Logo, a ADC está dialeticamente ligada às relações protagonizadas por atores sociais numa perspectiva em rede de práticas interativas. Essa proposta torna-se capaz de mapear as diversas relações inerentes aos recursos linguísticos utilizados na interação social. Assim, percebemos a ADC como sendo uma ciência transdisciplinar, pois perpassa pelas mais diversas áreas do conhecimento rompendo as fronteiras epistemológicas e transformando-se em teorias aplicáveis com bases sociodiscursivas.

Nesse enquadramento, entram em cena as funções da linguagem como sistemas extremamente abertos à vida social e as relações de práticas de interação que contribuem para a mudança e o desenvolvimento da sociedade. Ademais, numa perspectiva transdisciplinar, a ADC recebe uma influência importantíssima da Linguística Sistemico-Funcional (LSF), de Halliday, que orienta a Teoria Social do Discurso, de Fairclough. Mesmo entendendo que neste trabalho não pretendemos utilizar as teorias da LSF, porém, faz-se necessário uma breve discussão, visto que ela influencia significativamente a ADC, uma vez que:

Trata-se de uma teoria da linguagem que se coaduna com a ADC, porque aborda a linguagem como um sistema aberto, atentando para uma visão dialética que percebe os textos não só estruturados no sistema mas também potencialmente inovadores do sistema: toda instância discursiva “abre o sistema para novos estímulos de seu meio social” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999 *apud* RESENDE; RAMALHO, 2017, p. 56).

Ademais, a linguagem como um sistema linguístico extremamente aberto às mudanças e convenções sociais, dando-lhes a capacidade demasiada na construção ilimitada de significados, através do discurso. Nesse prisma, Halliday compreende a necessidade de verificação dos sistemas internos da língua, numa perspectiva de compreensão de suas relações com as práticas sociais. Assim, para melhor entendimento, os estudos hallidayanos apontam três macrofunções que simultaneamente atuam nos mais diversos gêneros textuais, a saber: função ideacional, função interpessoal e função textual.

No que diz respeito à função ideacional, percebemos que ela está imbricada às atividades humanas, por meio da representação simbólica de eventos, ações e estados. Os enunciados, independentemente do seu uso pragmático, exploram seu conteúdo, mesmo que em potencial, conforme destaca Resende e Ramalho:

A função ideacional da linguagem é sua função de representação da experiência, um modo de modelar a ‘realidade’ na língua: os enunciados remetem a eventos, ações, estados e outros processos da atividade humana por meio de relação simbólica. Essa função trata da expressão

linguística do conteúdo ideacional, presente em todos os usos da linguagem – independente do uso que se faz da linguagem, os recursos ideacionais são explorados em seu potencial para expressar um conteúdo (RESENDE; RAMALHO, 2017, p. 57).

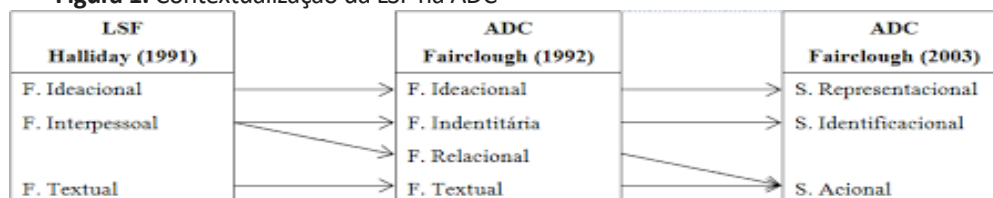
O significado do ponto de vista da prática ativa no processo de interação social, vendo a linguagem como está relacionada à função interpessoal. Entende-se ainda como processo de interação social da língua como ação. “Essa função, que trata dos usos da língua para expressar relações sociais e pessoais está presente em todos os usos da linguagem, assim como a função ideacional” (RESENDE; RAMALHO, 2017, p. 57).

A última função proposta por Halliday (1991) para completar as macrofunções está relacionada à função textual, que analisa o processo de composição, desde as escolhas dos aspectos semânticos e gramaticais até os aspectos sintáticos, onde são aplicadas as funcionalidades discursivas na prática. Sobre essa afirmação, Resende e Ramalho (2017, p. 57), entendem que a função textual apresenta:

aspectos semânticos, gramaticais, estruturais, que devem ser analisados no texto com vistas ao fator funcional, uma vez que a seleção de estruturas textuais se relaciona a contextos sociais de interação. A gramática é o mecanismo linguístico que opera ligações entre as seleções significativas derivadas das funções linguísticas, realizando-as em estrutura unificada (RESENDE; RAMALHO, 2017, p. 57).

Nessa perspectiva, proporciona-se uma contextualização histórica dos momentos da Análise de Discurso Crítica para perceber como ela é influenciada pelo pensamento de Halliday (1991):

Figura 1. Contextualização da LSF na ADC



Fonte: Resende e Ramalho (2017)

Os estudos do texto, para Halliday e Fairclough (1991, 2001a), são vistos como multimodais, sendo assim, analisados com base em categorias que são, posteriormente, recontextualizadas pela proposta faircloughiana, alterando alguns pontos da teoria, de acordo com os propósitos analíticos do momento, com a cisão da função interpessoal em identitária e relacional, como destaca Resende e Ramalho:

A função identitária da linguagem “relacionam-se aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso”; a função relacional, por sua vez, refere-se a “como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas” (RESENDE; RAMALHO, 2017, p. 58).

Tendo em vista as relações entre a LSF e a ADC, Fairclough propõe um instrumento de análise a partir de influência e contextualização que ele faz da LSF, estruturado, em *Analysing Discourse* (2003a) com uma relação mais dialógica entre o que foi desenvolvido anteriormente e ao que pode ser observado nesta nova perspectiva. Neste artigo, não utilizaremos as macrofunções, apenas apresentamos como forma de contextualização do campo científico que influenciou os significados

propostos por Fairclough, como acional, identificacional e representacional.

Tendo em vista o limite discursivo do artigo e sendo este apenas um recorte das pesquisas de mestrado em Linguística Aplicada desenvolvida na Universidade estadual do Ceará, optamos por usar apenas o significado identificacional com a categoria analítica da modalidade.

Sobre o significado identificacional, compreende o estilo, baseado em Fairclough (2003a), que este constitui um aspecto de identidade dos atores sociais. O estilo envolve efeitos constitutivos escolhidos e elencados com base em escolhas particulares de cada sujeito. Para que a constituição dessa identidade seja edificada, faz-se necessário compreendermos que na arena discursiva, uma determinada identidade se solidifica com base na diferença e negação de outras.

Conforme Resende e Ramalho (2017, p. 76): “na perspectiva dos estudos culturais (HALL, 2010; SILVA, 2000), tanto a identidade quanto a diferença são atos de criação linguística, ou seja, são criaturas do mundo social produzida ativamente em discursos, textos e interação”

Sobre o processo de criação da identidade, Resende e Ramalho (2017), com base em Fairclough (2001; 2003) apontam para a reflexão da construção identitária em três formas elucidadas por Castells (1999), a saber: a *identidade legitimadora* que é normatizada pelas instituições dominantes como forma de legitimar seu poder hegemônico; a *identidade de resistência* que é constituída por atores sociais marginalizados dos grupos hegemônicos, como as minorias que lutam por sua existência; por fim, a *identidade de projeto*, quando os atores sociais lutam em busca de recursos para promoverem a mudança das situações sociais de escravidão e exploração.

Ainda que há uma articulação proveitosa entre as três formas identitárias discutidas por Castells (1999), tendo em vista que uma identidade de resistência pode, em determinado momento, resistir ao ponto de virar uma identidade de projeto que busca a transformação social. Quando isso acontece, ela pode transformar-se em legitimadora, pois já se tornou uma identidade realizada, construída e agora disseminada nesse processo de mudança. Neste sentido, a ADC busca compreender como os embates entre identidades são ocasionados nesse processo da luta hegemônica, compreendendo a instabilidade das identidades e de todo processo discursivo que permeia as mudanças sociais ao longo da história.

No processo identitário, Fairclough (2003) distingue ainda dois conceitos bastante produtivos sobre a constituição desse significado, como agentes primários e agentes incorporados. Os agentes primários estão relacionados a forma involuntária que as pessoas são posicionadas no mundo, logo ao nascerem, impossibilitando-as inicialmente de uma escolha, como gênero e classe social. Já os agentes incorporados, tornam-se opostos a estes, pois agem de maneira reflexiva para a mudança e transformação de suas condições identitárias e sociais.

Em 2003, Fairclough amplia a relação dialógica entre ADC e LSF com uma nova concepção de mecanismos de análise textualmente orientado acerca das representações discursivas, propondo conceitos de gênero, estilos e discursos associados a uma nova concepção estrutural relativa aos significados acional, representacional e identificacional.

Para Fairclough (2003, p. 220), “uma ordem do discurso é uma combinação ou configuração particular de gêneros, discursos e estilos que constituem o aspecto discursivo de uma rede de práticas sociais”. Compreendemos assim, que as ordens discursivas são relativamente estáveis e duráveis, bem como, podem ser transformadas e mudadas ao longo do contexto histórico.

Entendendo, portanto, que os conceitos de gênero (significado acional), discursos (significado representacional) e estilos (significado identificacional) estão associados às ordens de discurso, bem como a multifuncionalidade da linguagem compreendida em seu caráter social, Resende (2008) conceitualiza que:

Os conceitos de gênero, discurso e estilos – como modos relativamente estáveis de ação, discursiva, de representação discursiva e de identificação discursiva, respectivamente – associados ao conceito de ordens do discurso e à multifuncionalidade da linguagem trazem a vantagem de ressaltar o caráter socialmente estruturado da variabilidade linguística, em termos de possibilidades de recombinação de elementos discursivos em textos específicos de práticas particulares (RESENDE, 2008, p. 61).

Sendo assim, os recursos discursivos estão intrinsecamente ligados à prática social, constituindo um foco entre as relações, principalmente voltadas ao poder. Nessa continuidade, a manutenção de tais relações pode ser construída através dos discursos que sustentam a legitimação desta, entendido pela circulação de representações específicas que são generalizadas, posteriormente.

Fairclough (2003) ressalta ainda o significativo papel do discurso na manutenção do poder hegemônico neoliberal, tendo em vista a circulação gigantesca do discurso dominante resultando o enfraquecimento do debate para a desarticulação de tal hegemonia. Em consonância com esse pensamento, o autor vem compreender a relação profícua entre linguagem e sociedade, entendendo os textos como instâncias discursivas que resultam num processo de manutenção e/ou transformação social das estruturas existentes. Entendemos, aqui, que as ordens do discurso estão associadas às práticas sociais específicas.

A ADC define o conceito de discurso como prática social, compreendendo o mundo e a sociedade como elementos constitutivos da vida social interconectada a outros elementos, esta concepção está pautada na ideia de discursos particulares que se referem à discursos políticos, pedagógicos, neoliberal, etc., fazendo uma relação interdiscursiva entre outros discursos específicos que posteriormente são colocados como discursos generalizantes.

Há uma infinidade de discursos particulares que são perspectivas diferentes acerca do mundo e das relações do homem em sociedade. Tais concepções são influenciadas e influenciadoras tendo como base a posição social que este indivíduo ocupa, representando esse mundo concreto e possibilitando uma projeção da realidade com base nas suas construções da realidade. Sobre esta afirmação, Resende (2008) entende que

As relações estabelecidas entre diferentes discursos podem ser diversos tipos, a exemplo das relações estabelecidas entre pessoas – discursos podem complementar-se ou podem competir um com o outro, em relações de dominação – porque os discursos constituem parte do recurso utilizado por atores sociais para se relacionarem, cooperando, competindo, dominando (RESENDE, 2008, p. 64).

Portanto, o fato de as ordens do discurso serem intimamente ligadas às práticas sociais, elas não necessariamente serão homogêneas e livres de conflitos, tendo em vista que estão intrinsecamente relacionadas às instituições, organizações e redes de prática social. Nesse sentido, alguns discursos são proferidos em determinados contextos sociohistórico e podem apresentar alto grau de compartilhamento, gerando múltiplas representações e diferentes interpretações materializadas através do texto.

A legitimação discursiva do golpe de 2016 na revista *Época*

Compreendendo que objetivo aqui é analisar as práticas discursivas de legitimação do Golpe de 2016, na revista *Época*, como modos de identificação discursiva, através dos recursos de modalidade à luz da Análise de Discurso Crítica, na perspectiva dialético-relacional (FARCLOUGH, 2003), apresentaremos parte do detalhamento dos achados nesta empreitada investigativa.

Observador que, inicialmente, com o jogo de linguagem expresso no título do artigo, os autores/jornalistas Daniel Haidar e Vinicius Gorczeski, fazem referência à construção da usina de Belo Monte, ao afirmar sobre a quantidade exorbitante de propinas envolvendo o governo petista, conforme declaração da Andrade Gutierrez.

Os autores, assim como grande parte da mídia hegemônica, utilizam-se do discurso para traçar com argumentos, uma condenação que ainda não foi sentenciada, porém já está sendo prenunciada pela mídia, uma vez que se condena impetuosamente o governo Dilma, colocando-o numa posição desfavorecida, tendo em vista que não lhes oportuna o direito de resposta, conforme preconiza a nossa Constituição.

No caso em questão, é extremamente questionável como os meios de comunicação mais influentes podem ter acesso aos trabalhos judiciais, que em tese, são tratados de forma sigilosa.

Neste sentido, fica evidente que a própria justiça colabora para os vazamentos das informações, na tentativa (exitosa) de confundir a opinião pública, ou melhor, de gerar um possível inimigo do povo que deve ser ceifado.

A revista *Época*, aqui, posiciona-se favorável ao processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff, tendo em vista que, de acordo com as delações premiadas e tantas evidências, amplamente divulgadas pela mídia, o Partido dos Trabalhadores é a maior organização criminosa que passou pelo poder-político deste país.

Os autores ratificam com ênfase sua tese no decorrer de todo o artigo, com argumentos que, principalmente, estão pautados na delação premiada, que ainda sequer havia sido homologada pelo Supremo Tribunal Federal. O texto é apresentado de forma bem detalhada, sendo, portanto, longo, com a presença de argumentos e inferências que remetem a outros textos, como os *hiperlinks*, além de trechos *ipsis litteris* da delação premiada de Otávio Marques de Azevedo, ex-presidente da Andrade Gutierrez.

A modalização do discurso dos jornalistas em atenuar ou dar ênfase na identificação e representação dos atores sociais envolvidos no suposto esquema de corrupção, em sua maioria petistas ou pessoas que estejam diretamente ligadas à então presidenta Dilma, é estratégica, em vista a sua condenação, fazendo-se clara na tese que sustenta o posicionamento da mídia hegemônica.

(01) *Eles afirmam* que dinheiro desviado de hidrelétrica abasteceu campanhas de Dilma em 2010 e 2014 (HAIDAR; GORCZESKI, 2016).

No fragmento destacado no excerto (01), encontramos a modalidade epistêmica, uma vez que os autores retomam através do pronome pessoal – eles – um recurso de intertextualidade para, em seguida, mostrarem, por meio do verbo, uma afirmação precisa acerca do conteúdo delatado e que, sem sombra de dúvidas, o dinheiro que supostamente foi desviado, abasteceu a campanha eleitoral da presidenta Dilma, em 2010 e 2014, de forma ilegal.

Essa afirmação é retomada, sem deixar nenhuma hipótese de dúvidas, no excerto que segue.

(02) *A acusação central é* que as campanhas eleitorais de Dilma em 2010 e 2014 foram abastecidas com propina travestida de doações legais (HAIDAR; GORCZESKI, 2016).

O discurso é modalizado na perspectiva de persuasão do interlocutor, o público leitor, informando com a certeza de que houve corrupção e que a campanha foi ilícita, sendo que se isso fosse levado em consideração, sequer era para os órgãos competentes deixarem Dilma Rousseff assumir o cargo efetivamente.

(03) Erenice Guerra, secretária executiva da Casa Civil quando *Dilma era* ministra e sua sucessora na Pasta (HAIDAR; GORCZESKI, 2016).

(04) No discurso, *a presidente não rebateu* os crimes que são imputados a tanta gente próxima a ela e que, se comprovados, foram decisivos para sua chegada ao poder (HAIDAR; GORCZESKI, 2016).

(05) E vociferou contra os “vazamentos seletivos” de delações – esses sim ela faz questão *que sejam investigados* pelo Ministério da Justiça. Tipo de tergiversação de quem não tem mais nenhuma confiança na própria defesa (HAIDAR;

GORCZESKI, 2016).

Nos excertos (03) e (04), percebe-se a representação e a identificação da presidenta, com a ocorrência da modalidade deôntica. No primeiro, a afirmação certa e precisa do período em que Dilma ocupava o cargo de Ministra da Casa Civil, tendo assim uma relação próxima com Eunice Guerra. No segundo, a modalidade deôntica relativa à negação se faz presente pelo comentário de que Dilma, ao invés de se preocupar em rebater ou justificar as acusações, apresentadas como sentenças verdadeiras pela mídia, continua apenas na defensiva ao afirmar que esse processo é um golpe contra ela.

No fragmento destacado no excerto (04), retoma-se o discurso da presidenta como sendo uma necessidade apenas de investigação dos supostos “vazamentos seletivos”, que inclusive é grafado entre aspas, mostrando a voz direta de Dilma Rousseff.

(06) a negociação para arrancar milhões em propina da maior hidrelétrica em construção do mundo é exposta em minúcias. E todos os personagens do entorno de Dilma protagonizam algum lance da transação (HAIDAR; GORCZESKI, 2016).

No excerto (06), percebe-se, no primeiro destaque, a modalidade deôntica, com a exposição minuciosa feita pelos autores em seus argumentos que sustentam a tese de que Dilma é culpada, tendo em vista a declaração apurada na delação premiada. No segundo destaque, percebemos uma constatação da mídia hegemônica para ratificar seu posicionamento, uma vez que “todos os personagens do entorno de Dilma” estão envolvidos em corrupção.

(07) A presidente não deve mais achar o assunto tão engraçado (HAIDAR; GORCZESKI, 2016).

A modalização apresentada no destaque do excerto (07) mostra como a presidenta está indiferente ao turbilhão de problemas relacionados à corrupção que seu governo está passando, uma vez que é modalizada a atenuação diante do suposto problema.

Já, no segundo texto, publicado em 27 de agosto de 2016, o artigo analisado foi veiculado na revista *Época*, sendo assinado por Talita Fernandes, com reportagem de Alana Rizzo, Ana Clara Costa e Bruno Boghossian. Dentre os textos que compõem o *corpus*, este é o mais extenso e enfático acerca da necessidade veemente de acabar com a corrupção trazida pelo PT e intensificada pela presidenta Dilma.

Os autores utilizam-se de vários recursos inerentes ao gênero artigo de opinião, trazendo informações e argumentos que possam colaborar com a tese de que o governo é corrupto, de que há uma necessidade urgente de impedimento, tendo em vista que isso será a solução para o crescimento e para a volta da credibilidade das instituições brasileiras.

O texto é dividido em três partes que vão se entrelaçando para construção representativa e identificativa de uma presidenta que, diante de tantas acusações, começa a se travestir de personagem principal em uma suposta cena teatral, ou seja, o golpe. Os autores, inclusive, iniciam o texto com a expressão “Claquete!”, inerente ao mundo da dramaturgia.

Na primeira parte do texto, apoiando-se na imagem da então presidenta em cima de um palco, coloca-se evidente a ideia de que Dilma começa a se vestir como uma personagem, representada como sendo vítima de um suposto golpe. Os autores questionam o evento, mostrando que os senadores e deputados que votaram a favor do início do processo de impedimento, também estão representando a população, portanto, fazendo o que o povo deseja.

Na segunda parte, denominada de “o desejo”, os autores vão mostrando fatos do cotidiano da presidenta, em que ela, por alguns momentos sai da personagem, quando citam que destratou um reporte, na tentativa de dar mais ênfase à postura reprovável de uma chefe de estado que se submete a entrar em uma personagem fictícia, de estar sendo perseguida por seus opositores.

A terceira e última parte do texto, mostra como a personagem Dilma vai sendo representada “sem liturgia”, uma vez que, em meio a tantas acusações e conflitos internos, ela continua mostrando-se aparentemente despreocupada, andando de bicicleta pelos jardins do planalto, como se nada estivesse ocorrendo. A figura de uma presidenta desastrada, sem equilíbrio e sem flexibilidade para dialogar é intensificada no jogo de linguagem expresso pelos autores.

Ratificando o que já se mencionou ao longo deste trabalho, a modalização do discurso dos autores serve como uma ferramenta decisiva no processo de atenuação e apagamento ou para dar ênfase na identificação dos atores sociais envolvidos no suposto esquema de corrupção, em sua maioria, apresentado pela mídia hegemônica como sendo petistas ou pessoas que estejam diretamente ligadas à Dilma Rousseff.

Essa postura assumida pelas revistas analisadas é estratégica, tendo em vista que a condenação da presidenta é clara na tese que sustenta o posicionamento dos jornalistas que assinam o texto analisado.

(08) mas como intérprete de uma narrativa que *ela deseja que se torne viral* após o impeachment (FERNANDES *et al.*, 2016).

No fragmento destacado no excerto (08), percebe-se à identificação da farsa supostamente empreendida por Dilma, ao exercer o papel de vítima de um suposto golpe, que se modaliza no discurso em que se deseja que sua redenção seja espalhada, como vírus, após o *impeachment*.

(09) onde fez o que deve ser um de seus últimos discursos na condição de presidente (FERNANDES *et al.*, 2016).

No excerto (09), encontra-se a modalidade deôntica, na perspectiva de uma obrigação referente ao que deve ser seu último discurso. Esse desejo é vislumbrado em todo o corpo do texto analisado. Não há perdão algum para as supostas práticas ilícitas da presidenta, que na verdade, em nenhum momento foram comprovadas, porém, criadas e tramadas como forma de tomar de volta o poder para as grandes corporações que sempre, ao longo dos mais de 500 anos, dominaram este país, conforme afirma Jessé de Souza.

Considerações Finais

A análise do *corpus*, destacou que o processo de constituição e legitimação do Golpe de 2016 está fincado no pensar do próprio capitalismo sistêmico que vivencia-se em na sociedade contemporânea, uma vez que, conforme Souza (2016), há no Brasil uma elite que detém o poder financeiro e que tem total força para desenhar os rumos que o país deve tomar, tendo em vista a necessidade de aumentar sua riqueza e explorar cada vez mais da classe trabalhadora.

Nesse sentido, percebe-se ainda como foi constituído um suposto inimigo brasileiro que articulou, através da grande mídia, o ódio à democracia, com efeitos significativos na esfera social e política. Assim, podemos traduzi-lo no ódio à cidadania, no ódio aos trabalhadores e no ódio às minorias. Portanto, o golpe trouxe uma série de barbáries e violências que se materializaram nas relações sociais.

Ademais, caracteriza-se essa intolerância e esse ódio à soberania democrática, ou melhor dizer, ao ódio de classe, gênero, raça, logo de início, em junho de 2013, sendo gestado e articulado de forma ardilosa para desencadear em 2016, com uma farsa, conforme afirma Jessé de Souza, na *Radiografia do Golpe*. Todo esse processo foi imposto pela ideia antipolítica, aliada de um fascismo de exceção, que reproduz, diariamente, repressões e ilegalidades que perpassam os três poderes constituintes brasileiros.

Em suma, classifica-se esta análise como produtiva, pois, numa perspectiva crítica, a encontra-se a categoria que foi proposta, dando, assim, fôlego discursivo para ratificar as hipóteses iniciais, ou seja, de como a grande mídia hegemônica, aliada das grandes corporações e da elite brasileira (SOUZA, 2016), contribuiu no processo de legitimação de uma farsa jurídica, parlamentar e política,

denominada como *impeachment*, e tratada, em consonância com o diálogo multidisciplinar, principalmente com as ciências sociais, como sendo o Golpe de 2016.

Referências

CHOUILIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in Late Modernity**. Edinburg: Edinburg University Press, 1999.

COSTA, N. B. (org.). **Práticas Discursivas: exercícios analíticos**. Campinas: Pontes Editores, 2005.
FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. (Coordenação da trad.) Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001.

GUERRA, A. [et al]. **Brasil 2016: recessão e golpe**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.

PINTO, R. B. W. S. A heterogeneidade constitutiva do ethos no editorial português. **Revista Calidoscópio**, UNISINOS: São Leopoldo, v. 2, n. 2, p. 25-32, jul/dez. 2004. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/6447>. Acesso em: 23.nov.2019.

RAMALHO, V. Diálogos teórico-metodológicos: análise de discurso crítica e realismo crítico. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**. v. 8, p. 78-104, 2006/7. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/1247>. Acesso em: 10.fev.2018.

RESENDE, V de M; RAMALHO, V. Análise de Discurso Crítica, Modelo Tridimensional à articulação prática: Implicações teórico-metodológica. **Linguagem em (Dis)curso – LemD Tubarão**, v. 5, n. 1, p. 185 – 207, jul./dez. 2004. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/307/323. Acesso em: 27.jul.2018.

RESENDE, V de M; RAMALHO, V. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2017.

RESENDE, V. de M. **Análise de discurso crítica e Realismo Crítico: implicações interdisciplinares**. Campinas: Pontes, 2009.

SILVA, A.E.A. **Análise de Discurso Crítica do Golpe de 2016 na mídia hegemônica brasileira**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2020.

SILVA, A.E.A. **O processo de legitimação discursiva do golpe de 2016 pela grande mídia: uma análise de discurso crítica nas revistas Veja e Época**. 2019. 141 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: http://www.uece.br/posla/wp-content/uploads/sites/53/2020/01/DISSERTA%C3%87%C3%83O_ANTONIO-EDSON-ALVES-DASILVA.pdf. Acesso em: 06.abr.2021.

SOUZA, J. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

TRIVIÑOS, A. N. S. Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. In: TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987. p. 31-79.